

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-041 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503393088	AD ELO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BAIRRADA E MONDEGO
Morada (Sede Social)	
Cantanhede	
Código Postal	Localidade
3060-216	CANTANHEDE
NUT III	NUT II
Região de Coimbra	Centro
Telefone	E-mail
231419550	geral@adelo.pt
Telefax	

231419559

URL

Tipologia de Beneficiário

<https://www.adelo.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José Mário Fidalgo Lopes

Telefone Responsável

231419550

Cargo Responsável

Diretor Executivo

Telemóvel Responsável**Serviço/Departamento**

DIREÇÃO EXECUTIVA

Email Responsável

geral@adelo.pt

Email Alternativo

mariofidalgo@adelo.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A AD ELO assume-se como Grupo de Ação Local (GAL) responsável pela implementação do DLBC/Rural - LEADER AD ELO. A apresentação ao reconhecimento, como GAL, da parceria existente parte da leitura da realidade que se consubstancia numa parceria consolidada há mais de 20 anos, garantindo a representatividade dos setores públicos e privados do território.

A AD ELO é caracterizada como uma associação privada sem fins lucrativos, “pessoa coletiva de utilidade pública”, “Agência de Desenvolvimento Regional”; e é Certificada segundo a norma de Qualidade NP EN ISO 9001:2008.

Não podendo identificar todos os projetos desenvolvidos é possível apresentar, em síntese aqueles que demonstram a experiência da AD ELO enquanto entidade que desempenhou funções de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local:

- LEADER (1994 - 2013): Foi entidade gestora destas iniciativas na sua zona de intervenção. Nesta qualidade organizou a parceria, elaborou os planos locais e executou as atividades decorrentes da implementação da Estratégia. Desempenhou igualmente todas as tarefas decorrentes das funções delegadas de autoridades de gestão e pagamento. A dimensão financeira final destas iniciativas foi sempre superior em relação à proposta inicial, sinal claro de uma boa gestão, quer na vertente qualitativa quer igualmente na vertente temporal e financeira.
- GAC Mondego Mar - Eixo 4 PROMAR (2007-2013): É entidade gestora deste instrumento onde assume as funções delegadas de Organismo Intermédio. Nesta qualidade organizou a parceria, elaborou o Plano de Ação e executa as atividades decorrentes da implementação da Estratégia.
- Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP): O Desenvolvimento Social da população desfavorecida do território foi uma das opções estratégicas identificadas pela AD ELO na altura da sua constituição. Assim e dando seguimento ao instrumento de política estruturado em torno do PNLCP, que privilegiava as parcerias locais envolvendo o público e o privado, a AD ELO organizou e geriu 4 iniciativas territoriais que decorreram entre 1998 e 2004.
- Intervenção Social: É responsável de uma infraestrutura denominada “Centro Comunitário do Canedo” que

disponibiliza um conjunto de atividades e serviços de carácter social à população. Este centro tem a sua gestão regulada por “Acordos de Cooperação” com a Segurança Social. No desenvolvimento da sua atuação tem realizado uma grande número de projetos que procuram combater os fatores de exclusão contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações.

- **Formação Profissional:** Foi promotora de vários planos de formação no âmbito dos diferentes programas enquadramentos, quer numa perspetiva de inserção de desempregados no mercado, quer na vertente de qualificação profissional e escolar da população da sua zona de intervenção.
- **Cooperação:** No quadro europeu e dos países de expressão portuguesa tem vindo a desenvolver vários projetos que têm como objetivo a criação de condições para a troca de informações e know-how. Assume especial relevância a intervenção ao nível da Náutica no Espaço Atlântico como fator diferenciador desta região podendo assim beneficiar das dinâmicas europeias deste setor.

Em resumo e de forma agregada podemos referir que com a ação da AD ELO foram captados para o território mais de 40 milhões de euros de apoios que alavancaram mais de 52 milhões de euros de investimento. Este investimento permitiu a criação direta de mais de 450 postos de trabalho na região que ajudaram a consolidar um tecido económico local. Muito do trabalho desenvolvido foi traduzido na ajuda a associações e IPSS locais na procura da melhoria dos seus equipamentos e respostas com o objetivo de melhoria da qualidade de vida das populações. Assim foram apoiados mais de 145 projetos de pequenas infraestruturas associativas a que acresce mais de 90 intervenções de recuperação e refuncionalização de elementos patrimoniais locais que foram orientadas para as áreas da cultura, desporto e conhecimento. Ao nível da qualificação escolar e profissional as ações da AD ELO envolveram mais de 420 formandos, que obtiveram assim a sua certificação escolar e profissional, tendo muitos encontrado novas formas de valorização pessoal e profissional com a inserção no mercado de trabalho.

A AD ELO tem vindo a criar uma estrutura de recursos humanos que, sendo ainda jovem, já possui uma larga experiência na gestão de projetos. Ao nível da coordenação dos trabalhos, detém dois técnicos superiores com uma experiência de mais de 20 anos de trabalho tendo sido Coordenadores/gestores dos diversos programas implementados pela associação. No quadro da instituição, e assim disponíveis para manter uma continuidade de trabalho, existem técnicos superiores com mais de 10 de trabalho efetivos nas equipas de projeto que, conjugados com vários técnicos de formação média, garantem uma equipa de trabalho que se encontra preparada para os desafios que a abordagem ao DLBC implica.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503393088	AD ELO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BARRADA E MONDEGO	09/06/1994	09/06/1994	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
500305862	ADEGA COOPERATIVA DE CANTANHEDE CRL	13/07/1954	13/07/1954	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501092102	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE CANTANHEDE E MIRA CRL	11/01/1979	17/01/1979	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501841393	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA BARRADA E DA AGUIEIRA, C.R.L.	06/03/1987	01/04/1987	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

501066675	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MÚTUO DO BAIXO MONDEGO, CRL	29/07/1916	29/07/1916	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504547313	Escola Profissional da Mealhada	28/07/1999	28/07/1999	85591	Outras entidades empresariais privadas
500075115	COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BEBEDOURO, CRL	27/02/1968	27/02/1968	46331	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501188142	MEAGRI - Cooperativa Agrícola da Mealhada		01/09/1981	47784	Cooperativa
500971471	COOPERATIVA AGRICOLA DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO CRL	26/01/1977	16/06/1997	46211	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501219064	ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO	29/06/1978	01/02/1988	88910	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501809236	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E DE MELHORAMENTOS DO LUGAR DE GAVINHOS	09/05/1986	15/06/1987	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
900255625	Centro Convívio Cultural de Zagalho e Vale do Conde	28/07/1981	15/01/1998	88990	Associação sem fins lucrativos
501597611	Grupo Recreativo do Casal de Santo Amaro	29/09/1949	29/09/1949	94991	Associação sem fins lucrativos
506087000	MUNICIPIO DE CANTANHEDE	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506792382	MUNICÍPIO DE MEALHADA		01/01/1800	84113	Autarquias Locais
501272976	MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-VELHO	22/12/1975	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506657957	MUNICÍPIO DE PENACOVA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Coimbra

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

EQUADRAMENTO TERRITORIAL

O presente diagnóstico considerou o território de intervenção da AD ELO (TI) como espaço que abrange os concelhos de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova, pertencentes à NUT III Região Coimbra (RC) ocupando uma área de 1.454,2 km².

Os principais traços físicos do território refletem, de forma quase direta, as grandes linhas estruturais de desenvolvimento, tendo o rio Mondego uma influência marcante na ocupação humana na região, sobressaindo-se assim as áreas planas, quer de origem marinha, quer de origem fluvial, existindo ainda alguns relevos mais ou menos significativos como o Maciço Marginal de Coimbra, a Serra do Buçaco e da Boa Viagem.

A posição privilegiada que estes concelhos apresentam no contexto do território nacional reflete-se na rede viária que estrutura o TI. Destaca-se logo o facto de este ser servido pela principal via de comunicação do país, a A1, que adicionalmente com a A17 potenciam as ligações norte-sul. Ao nível ferroviário, estes concelhos são servidos pelas linhas de caminho-de-ferro do Norte e da Beira Alta. Ao nível portuário destaca-se o Porto da Figueira da Foz que se constitui como uma importante porta de entrada e saída de mercadorias da região.

DEMOGRAFIA

Pertencente à Região de Coimbra, e nas proximidades de cidades de média dimensão, como é o caso de Coimbra e Aveiro, o TI apresenta no ano de 2011 uma população de 142.230 habitantes. Em termos de variação populacional, e considerando o comportamento para a década mais recente, a tendência generalizada foi de decréscimo populacional em todos os concelhos, à exceção de Montemor-o-Velho que viu a sua população aumentar 2,7%. Considerando um horizonte temporal mais longo (1950-2011), destaca-se o crescimento da Mealhada (18,7%) e da Figueira da Foz (10,6%), num contexto em que os restantes concelhos têm vindo a perder importantes quantitativos populacionais.

Na análise dos valores da população por escalão etário parece ser evidente a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população. A análise da tendência de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas evidencia uma diminuição da população no TI de cerca de 13,8%.

Numa referência ao poder de compra os valores de 2000 a 2011 indicam um aumento deste indicador ao longo dos anos, embora sempre em valores inferiores à média nacional. Para o ano mais recente, são os concelhos da Figueira da Foz, Mealhada e Cantanhede que apresentam um maior poder de compra (96,50%, 83,85% e 80,74%), com apenas a Figueira da Foz a superar os valores para a Região Centro (87,49%). Por outro lado, os concelhos de Penacova, Montemor-o-Velho e Mira apresentam valores menos expressivos (59,12%, 71,34% e 73,61%).

No ano de 2012 existiam no território da AD ELO, 4.923 beneficiários de Rendimento Social de Inserção, dos quais cerca de 2.169 pertenciam ao grupo etário com menos de 25 anos (42%).

A população residente no TI é relativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua globalidade e do que a população da Região Centro. Desta análise sobressai a proporção de população residente sem qualquer nível de ensino (20,5%), em oposição à que atinge níveis de instrução ao nível do pós-secundário/superior (10,9%), valores sempre inferiores às médias nacionais. De salientar ainda que 56,2% dos habitantes no TI apresentam apenas o ensino básico como nível de escolaridade atingido, sendo que uma grande percentagem (27,7%) apenas concluiu o 1º ciclo. A realização de projeções da população escolar afigura-se de especial importância de maneira a tornar possível a previsão das necessidades de desenvolvimento. Relativamente ao 2º CEB, foi possível projetar o número de alunos até ao ano letivo de 2023/2024. Tendo em consideração os nascimentos observados, estima-se uma diminuição de população escolar com valores superiores a 20%.

ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA ECONÓMICA

Considerando a estrutura e variação da população ativa para o TI, importa referir que, em 2011, a população ativa tem maior relevância nos Homens (52,2%), em comparação com as mulheres (47,8%), tendo-se no entanto registado uma evolução positiva da feminização do trabalho. Tendo em conta os valores totais, ocorreu, neste território um decréscimo da população ativa (-1,8%).

Numa referência à população empregada segundo o setor de atividade nos concelhos que integram a AD ELO, os valores recentes de 2001 e 2011 indicam uma diminuição acentuada dos valores referentes ao emprego no setor primário (de 8,3% para 4,4%), um decréscimo do emprego no setor secundário (de 36,1% para 29,6%) e um reforço da relevância do emprego no setor terciário (de 55,6% para 65,9%), acompanhando a tendência observada a nível da Região Centro e do Continente.

A maioria dos concelhos da AD ELO apresentam níveis de desemprego inferiores aos registados no país e na própria Região Centro, refletindo alguma resistência do território aos efeitos potenciais gerados pela deterioração do contexto socioeconómico atual. Entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento da taxa de desemprego (passando de 6,7% para 10,5%). Dos desempregados no TI, 6.702 indivíduos (81,4%) encontram-se à procura de um novo emprego sendo que os restantes estão à procura de um primeiro emprego (18,6%), dos quais 58% pertencem ao sexo feminino.

No ano de 2011 existiam cerca de 17.896 empresas no TI merecendo realce o aumento entre 2006 e 2011 (1,2%). Acompanhando o aumento do número de empresas e do pessoal ao serviço, ocorreu um aumento do volume de negócios das empresas no período considerado (24,4%). Em termos da dimensão das empresas 96% são de pequena dimensão, apresentando menos de 10 pessoas ao serviço. No que concerne ao comércio internacional e para o ano mais recente de 2012, o território apresenta uma taxa de cobertura (relação entre entradas e saídas) de 150,3%, ou seja há um maior volume de saídas relativamente às entradas.

ENQUADRAMENTO GERAL DO TERRITÓRIO RURAL/AGRÍCOLA DO TI

A agricultura portuguesa tem vindo a perder importância relativa no conjunto da economia desde meados do século XX, em termos de população ativa, número de explorações, área cultivada, fonte de rendimento, etc. A última década não foi exceção. Em linhas gerais verificou-se no TI uma diminuição de 61% no número de explorações com menos de 20 ha, aumentando em 40% o número de explorações com mais de 20 ha. A composição da SAU também sofreu alterações significativas, verificando-se uma transferência das áreas de cultivo tradicional, em particular de culturas temporárias, para prados e pastagens pobres.

Ainda nas últimas duas décadas registou-se uma drástica diminuição do número de produtores singulares em todos os concelhos em análise sendo estes, em 2009, menos de metade dos que eram em 1989. Esta redução deu-se essencialmente à custa dos escalões etários mais jovens, nomeadamente nos escalões até aos 55 anos, onde os decréscimos foram esmagadores. Estes números configuram uma tendência geral para o envelhecimento dos dirigentes das explorações agrícolas em todos os concelhos considerados. O envelhecimento da população agrícola, conduziu igualmente ao desinteresse pela agricultura dos mais jovens num contexto de perda continuada de viabilidade económica das pequenas explorações agrícolas. Todavia nos últimos anos registou-se algum dinamismo neste setor, mas não existem ainda dados que suportem uma conclusão definitiva dessa tendência.

Dos dados mais recentes (2009) é igualmente possível verificar que, em todos os concelhos analisados,

cerca de um terço dos trabalhadores inseridos na população agrícola familiar, não obtém a totalidade do seu rendimento exclusivamente do trabalho na exploração agrícola.

Em síntese, a atividade agrícola local – enquanto atividade profissional – caracteriza-se por ser uma atividade maioritariamente desenvolvida em contexto familiar, assente primariamente em mão-de-obra a tempo parcial, exercida por trabalhadores na sua maioria com poucas qualificações académicas (e ainda menos qualificações específicas na área agrícola) e que, frequentemente, não subsistem economicamente apenas com o seu trabalho agrícola (complementando os seus rendimentos agrícolas com outros rendimentos exteriores à produção/exploração).

Em termos de orientação técnico-económica, a maioria das explorações agrícolas da região estudada – fruto de alguma homogeneidade territorial e características edafoclimáticas gerais relativamente aproximadas – apresenta vocação para se especializar em explorações mistas (culturas agrícolas e criação de gado/pecuária). Em alguns municípios (Cantanhede, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho), uma percentagem igualmente importante das explorações agrícolas apresenta potencial de especialização produtiva na área da pecuária especializada, nomeadamente no gado bovino, suíno e cavalar (este com importância ao nível do Turismo Equestre). Em Cantanhede e na Mealhada é significativa também a porção de explorações com potencial de especialização produtiva na área das culturas permanentes, muito especialmente a vinha. Finalmente, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho apresentam ainda um elevado número de explorações com potencial para especialização produtiva na área das culturas arvenses.

A nível da vinha, dos seis municípios em análise, apenas dois - Cantanhede e Mealhada incluídos na Região Demarcada da Bairrada, concentram valores expressivos de produção vitivinícola.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- . Proximidade de pólos urbanos de média dimensão (Aveiro, Leiria e Coimbra);
- . Fundos Estruturais de apoio à atividade económica;
- . Maior exigência do consumidor para produtos de qualidade e com características únicas
- . Investimentos de natureza estruturante (agrícola e I&D) com possibilidade de valorização;
- . Crescimento de um mercado do turismo dirigido para a dimensão cultural.
- . Fácil acesso a centros de ensino e de I&D;
- . Aumento da procura de serviços e equipamentos de apoio social, sobretudo no apoio à terceira idade;
- . Existência de instrumentos para concretização de ações de formação profissional e escolar;

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- . Êxodo rural;
- . Atratividade dos centros urbanos de média dimensão externos à região
- . Concorrência crescente nos produtos turísticos externos;
- . Aumento generalizado dos níveis de pobreza e redução do poder de compra da classe média portuguesa com impacto direto no consumo internos de produtos e serviços
- . Aumento dos problemas sociais decorrentes da recessão económica, nomeadamente o desemprego

Principais Pontos Fracos

- . Localização geográfica estratégica e boas acessibilidades;
- . Boas características para o desenvolvimento agrícola na maior parte do território;
- . Zonas com grandes potencialidades do ponto de vista turístico (rio, mar, planícies e serra).
- . Produtos e recursos naturais de reconhecido valor e importância;
- . Património natural, histórico, cultural e arquitetónico muito rico e vasto;
- . Existência de uma rede significativa de instituições de carácter social, recreativo e desportivo.
- . Boa estrutura institucional e dinamismo associativo

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- . Taxa de analfabetismo elevada e no geral baixos níveis de qualificações e de produtividade da população activa;
- . Empresas de reduzida dimensão e de carácter familiar;
- . Baixa eficiência ao nível da produção, transformação, promoção e comercialização agrícola;
- . Predomínio do trabalho agrícola a tempo parcial da população familiar;
- . Baixos rendimentos da atividade agrícola;
- . Sazonalidade significativa e baixa estada média dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros;
- . Insuficiente aproveitamento dos locais de interesse ambiental e patrimonial;
- . Desequilíbrio na cobertura de alojamento entre os municípios da ZI.
- . Diminuição da População residente desde 2001
- . Envelhecimento da estrutura demográfica da população
- . Abandono escolar precoce e insucesso escolar
- . Indicador do poder de compra abaixo da média nacional

A planificação de uma EDL para um período de programação longo (2014/2020) encerra em si um conjunto de incertezas que importa sublinhar. A conjuntura nacional de ordem política, económica e social, associada à evolução mundial que sobre o país exerce uma influência determinante, condicionará de forma decisiva a implementação de qualquer estratégia territorial. Assim a EDL que se apresenta tem em si uma dimensão dinâmica que conduzirá aos ajustamentos que se revelarem necessários. As mutações que ocorrerão em Portugal e na Europa nos próximos anos, num momento de grande incerteza da Zona Euro, conduzem à percepção de que o panorama político e económico sofrerá consequências assinaláveis que, sendo de difícil previsão, constituirão um fator de risco adicional na implementação da EDL.

De forma mais setorial, no campo da agricultura e do mundo rural português, existem alguns desafios pragmáticos que importa identificar, pois constituem em si fatores de risco que podem condicionar as opções estratégicas a tomar. O grande investimento que se realizou no quadro do atual período de programação neste setor possibilitou a entrada de novos agentes que têm expectativas significativas nas dinâmicas empreendidas e na sustentabilidade das suas explorações. Assim será extremamente importante potenciar estes investimentos criando a montante e a jusante das explorações as condições necessárias ao bom desenvolvimento dos negócios.

A macro estrutura regulamentar que permitirá o acesso dos agentes aos fundos disponíveis, a complexidade processual e os mecanismos de seleção e avaliação dos projetos, se não estiverem adequados à fluidez dos investimentos e às características dos investidores poderão ser fatores críticos na implementação da EDL.

A EDL com características de plurifundo é um desafio importante para os territórios, podendo ser uma oportunidade para maximizar a mobilização dos agentes locais, mas encerra em si também alguns riscos que podem advir da dificuldade de articulação dos diferentes níveis da administração com responsabilidade nas políticas públicas.

A mobilização local dos agentes para o investimento pode ainda ser condicionada pela reduzida dotação orçamental que está prevista, pois a experiência recente no território leva à conclusão que, perante verbas de maior dimensão, não foi possível responder a todas as solicitações apresentadas com prejuízo grave para o TI.

Por outro lado a limitação de investimento elegível em 100.000€ (FEDER e FSE) constitui um fator de risco acrescido, pois esta dimensão financeira deixa de fora muitas das iniciativas que poderiam conduzir à criação sustentável de emprego local.

O grande desafio da EDL está na criação de condições para o aproveitamento de todas as iniciativas que possam conduzir ao desenvolvimento deste território numa dimensão económica de criação de riqueza e emprego, mas também na dimensão de coesão social na procura da identidade local conduzindo a uma melhoria das condições de vida das comunidades locais. A não inclusão de outras prioridades que a EDL identificou no quadro das elegibilidades previstas para o DLBC introduz um fator de incerteza e dificuldade na implementação da EDL.

Por outro lado as boas condições geográficas, a consolidação do ambiente propício ao investimento e a existência de uma estrutura demográfica estabilizada possibilitará a sustentabilidade dos processos de investimento que se traduzirá num fator de sucesso da EDL proposta.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O conceito de Desenvolvimento Local centra o seu enfoque no território, nas comunidades locais e nas suas capacidades (endógenas) de iniciativa. O território torna-se o elemento central. Não o território administrativo com fronteiras definidas e estanques, mas o território como elemento de solidariedade, de autonomia e de procura constante de identidade. Parte-se da ideia que é no “local” que podem ser definidas as linhas estratégicas que têm em conta a realidade existente, criando uma linha condutora que estabelece as ligações dos diferentes planos de abordagem - do local ao regional, nacional e europeu ou seja do “local ao global”. Num plano local é possível observar elementos onde se pretende intervir, dando-se uma tradução efetiva e

uma leitura dos seus impactos.

Partindo assim do território de intervenção onde se pretende agir, a elaboração de uma EDL tenta incorporar as várias especificidades existentes, estabelecendo as necessárias ligações obtendo-se a maximização dos resultados. A visão estratégica da AD ELO para o território assenta no conceito do “círculo virtuoso do desenvolvimento” onde os efeitos de cada um dos elementos da cadeia são potenciados pela sinergia obtida da sua ligação funcional.

Este “círculo virtuoso”, assumido na sua vertente positiva, passa por identificar os elementos chave endógenos que são tidos em conta (recursos, produtos, património e conhecimento), considerando assim que, agindo sobre eles se obtém os resultados propícios à eliminação dos estrangulamentos existentes, aproveitando as potencialidades e oportunidades que se podem abrir para a região e para o seu processo de desenvolvimento.

A visão estratégica integrada, que vai além dos instrumentos de financiamento previstos, suportam assim um conjunto de ações que conduzirão a que o território alvo seja um:

- Local de ação, transformação, valorização e criação que aproveita e gere com sustentabilidade os recursos locais criando emprego e dinâmica empresarial sustentável;
- Local de preservação e valorização dos seus elementos identitários, quer na vertente cultural quer nos aspetos naturais próprios de um território que se pretende sustentável;
- Local de vivência e coesão social onde se procura elevar constantemente os níveis de qualidade de vida integrando a população numa perspetiva inclusiva onde as diversidades são tidas como fatores decisivos para a afirmação territorial,
- Local de identidade e conhecimento que mobiliza os seus agentes, valorizando os recursos humanos na procura constante da qualificação e aprendizagens contínuas, contribuindo para um espírito empreendedor.

Na construção metodológica da EDL, alinhada com a visão e missão geral, foram assim definidos alguns objetivos estratégicos de natureza transversal, que dada a sua abrangência procuram sintetizar o alcance das ações a implementar no quadro do “Portugal 2020” e de forma abrangente percorrendo todos os instrumentos de apoio disponíveis que se materializará num conjunto de objetivos específicos e operacionais:

Obj. estratégico: A. Contribuir para a criação sustentável de emprego e de uma cultura empresarial de base local

Obj. específicos:

1. Promover a criação de emprego sustentável
2. Consolidar tecido empresarial local

Obj. operacionais:

- A.1. Contribuir para o aumento de rendimentos dos agricultores consolidando as explorações agrícolas
- A.2. Apoiar o empreendedorismo e a inovação em meio rural
- A.3. Apoiar a diversificação da atividade económica de base local
- A.4. Apoiar a criação e modernização de empresas de base local
- A.5. Valorizar os produtos locais
- A.6. Promover a comercialização de proximidade
- A.7. Contribuir para a interligação das empresas locais em redes colaborativas e nível local, regional, nacional e transnacional
- A.8. Contribuir para uma economia verde

Obj. estratégico: B. Promover a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local

Obj. específicos:

3. Valorizar o património Local
4. Apoio a ações de sustentabilidade energética
5. Consolidação do tecido associativo local

Obj. operacionais:

- B.1. Recuperar, preservar e valorizar os recursos patrimoniais relevantes

- B.2. Mobilizar o tecido associativo local para a refuncionalização de equipamentos e infraestruturas de utilização coletiva
- B.3. Apoiar ações de sustentabilidade energética por parte das comunidades locais
- B.4. Desenvolver ações de promoção e valorização da cultura local
- B.5. Promover a criação de centros multisserviços de base local

Obj. estratégico: C. Fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade locais

Obj. específicos:

- 6. Fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade
- 7. Apoio às respostas de inclusão social e luta contra a pobreza

Obj. operacionais:

- C.1. Reforçar e modernizar os serviços básicos à população local
- C.2. Contribuir para a melhoria do acesso da população aos serviços básicos de proximidade
- C.3. Desenvolver o processo de animação social e dinamização de centros multisserviços
- C.4. Apoiar as respostas de inclusão social e luta contra a pobreza
- C.5. Promover ações de inclusão social

Obj. estratégico: D. Contribuir para o aumento e consolidação das competências locais

Obj. específicos:

- 8. Contribuir para o aumento das qualificações da população
- 9. Consolidar processos locais de aquisição de competências

Obj. operacionais:

- D.1. Qualificação profissional e escolar dos recursos humanos
- D.2. Combate ao abandono escolar precoce
- D.3. Desenvolver ações socioeducativas, de alfabetização e orientação vocacional
- D.4. Promover a valorização pessoal, apoiando a criação do próprio emprego

Os objetivos estratégicos enunciados na EDL traduzem a perspetiva de um processo integrado de desenvolvimento que possibilite caminhar ao encontro da visão que se preconiza para o território:

- A. Ao desenvolver ações de apoio ao tecido económico que tenha em conta os recursos endógenos suscetíveis de valorização proporcionará o aumento do emprego e consequentemente do rendimento da população. A base económica assente no setor agrícola, nas pescas e no mar, na economia verde, na indústria e serviços locais, conjugada com a valorização turística e competitiva do património local respondendo a mercados cada vez mais exigentes, traduzirá o território num local de ação, transformação, valorização e criação;
- B. Partindo da perspetiva que o território se constitui como o repositório dos recursos, nas suas mais variadas formas, as ações a desenvolver passam pela consciencialização que o património (natural, cultural e contruído) deve ser preservado, enquanto elemento de reforço da identidade local. O território pode igualmente assumir um papel importante enquanto recurso económico, potenciando a sua natureza, acrescentando-lhe valor e contribuindo para a perspetiva de um local de preservação e valorização;
- C. Nas estruturas sociais e demográficas, a intervenção preconizada pela EDL pretende contribuir para o reforço e melhoria das respostas coletivas de natureza local, possibilitando uma perspetiva inclusiva onde as diversidades são tidas como fatores decisivos para a afirmação territorial, melhorando os níveis de qualidade de vida e afirmando o território como um local de vivência e coesão social;
- D. No âmbito das dinâmicas territoriais a estratégia pretende mobilizar os seus agentes locais nos processos de aumento das competências, quer na perspetiva individual, quer numa perspetiva coletiva de grupo ou instituição. A valorização dos recursos humanos na procura constante da qualificação e aprendizagens contínuas, contribui para um espírito empreendedor traduzindo este território num local de identidade e conhecimento.

Esta matriz de objetivos que enquadram a EDL estão na base do programa de ação que, tendo em conta os fundos financiadores as elegibilidades previstas, resultará numa planificação financeira por eixos, medidas e ações que se apresentará em capítulo próprio. No entanto em termos de grandes prioridades transversais a

EDL perspetiva uma valorização dos:

- . Produtos locais: vinho da Bairrada, Arroz do Baixo Mondego, hortícolas da região, doçaria tradicional;
- . Recursos locais: Rio Mondego, Vinhas da Bairrada, Mata do Buçaco e pauis do Mondego, Floresta, Património contruído;
- . Atividades que aproveitam os recursos locais: Turismo ativo, cultural e de natureza, Enoturismo, Turismo equestre e de saúde;
- . Capacidades locais de empreendedorismo: Recursos humanos com conhecimento, mobilização associativa local.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Na construção deste processo de desenvolvimento, no quadro do DLBC, o GAL AD ELO deu corpo a um movimento de consolidação da parceria que remonta ao próprio momento da sua constituição (1994). Dando seguimento à vontade local de um conjunto de entidades coletivas, representativas do tecido socioeconómico local, foram sendo criadas as bases conceptuais e a estrutura formal que permitisse responder aos desafios de uma intervenção territorial que ultrapassasse os limites setoriais que cada associado desenvolvia na sua ação principal, sem nunca perder a noção da metodologia principal de que o desenvolvimento local se efetua no sentido “bottom-up”.

Esta matriz de trabalho esteve presente na 1ª fase de construção da EDL, no quadro de um novo desafio que o “Portugal 2020” identificou, ou seja o reconhecimento de parcerias locais como entidades com competência e responsabilidade para elaborar e implementar uma estratégia de natureza local - DLBC.

A intervenção preconizada no DLBC corresponde à ação do GAL AD ELO, sendo que os trabalhos foram assumidos com um sentido de continuidade e de aprofundamento das dinâmicas locais, que se materializaram num envolvimento dos parceiros na construção de um conjunto de orientações estratégicas. Este trabalho específico teve o seu início formal com a análise e discussão dos principais documentos orientadores de origem comunitária que foram surgindo e que motivaram uma perspetiva analítica e crítica por parte do GAL AD ELO. Neste quadro de reflexão inscreveram-se as diferentes participações que o GAL efetuou ao nível da preparação do “Acordo de Parceria” através da apresentação de propostas concretas.

A necessidade de reunir contributos internos e externos nos processos de diagnóstico territorial e definição de orientações metodológicas levou ao envolvimento do setor científico e tecnológico, através da participação da Universidade de Coimbra e da Escola Agrária de Coimbra, que, com a suas competências instaladas permitiram uma discussão participada em torno dos principais desafios e oportunidades que se colocam ao território.

A mobilização dos agentes locais suporta-se num processo contínuo de envolvimento dos parceiros locais que com o apoio das equipas técnicas da associação, vai concretizando um plano de trabalhos que acompanhará a implementação da EDL através de:

- Levantamento e organização de informação;
- Reuniões de trabalhos setoriais/criação de grupos de trabalho;
- Divulgação de informações;
- Reuniões/apresentações de devolução e afinamento dos dados recolhidos;
- Envio da informação organizada a todos os parceiros e agentes locais;
- Reuniões alargadas para apreciação e validação das opções a tomar.

Entende-se, contudo, que esta forma de participação não se deve esgotar no conjunto das entidades parceiras. Assim perspetivam-se outras formas de relacionamento designadamente a participação/realização de encontros, seminários (...) que alarguem o leque de entidades para além da parceria com ganhos evidentes em termos de resultados e mobilização.

Assim todos os intervenientes foram e continuarão a ser convocados a participar, quer no seio da organização formal, quer por via da sua participação técnica setorial em modelos mais informais de maneira a serem encontrados os melhores mecanismos de aferição da implementação da EDL.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A construção de uma EDL parte da necessidade de garantir que as intervenções estruturantes que lhe dão operacionalidade se adequam a uma realidade local. É pois um processo que engloba várias dimensões relevantes que, a partir de um território concreto, tem que ter em conta elementos metodológicos fundamentais, nomeadamente:

- Estimular a participação ativa do maior número possível de atores políticos, sociais e económicos do território, permitindo assim a partilha de experiências e visões diferentes que se traduzem numa mais-valia significativa na reflexão;
- Evitar a aplicação de modelos fechados com soluções universais desenquadradas da realidade local;

- Agregar as dinâmicas existentes e tentar ter uma visão o mais abrangente possível, de forma a abarcar a realidade no conjunto de todas as suas valências.

Torna-se pois claro que, uma EDL, definida à escala local, terá que ir ao encontro das orientações estratégicas gerais e setoriais, definidas às escalas regional, nacional e transnacional. A multiplicidade de instituições, a escalas variáveis, aumenta os níveis de complexidade na abordagem a um território, pois poderão ser tomadas várias opções que caso não se encontrem concertadas poderão ter efeitos em sentidos opostos.

A primeira base de articulação do DLBC/Rural LEADER AD ELO estabelecer-se-á com o DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR que, sendo uma abordagem metodológica semelhante, está focalizada nas comunidades piscatórias coincidindo em parte no mesmo TI.

No TI da AD ELO também se assistiu à organização, em vários patamares, de entidades que, entre si, refletiram e construíram linhas estratégicas para toda a região. Desde o início destes trabalhos, a AD ELO participou na elaboração de documentos de suporte ao desenvolvimento deste território dando os seus contributos na definição das opções estratégicas do plano regional - NUT III/Região Coimbra e NUT II/Centro, tendo ainda colaborado nos trabalhos a nível nacional no quadro de vários programas operacionais.

Pela sua importância é necessário salientar o conjunto de trabalhos desenvolvidos em torno da construção da estratégia para 2014-2020 desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC). Esta estratégia identifica, na sua visão, os princípios basilares que devem nortear as ações que neste território venham a ser implementadas:

- Região exemplar: Na gestão eficiente dos recursos naturais e do património, orientada para a redução dos custos energéticos suportados pelas organizações e famílias e para a sustentabilidade dos valores ambientais e culturais;
- Região pioneira e líder: Na construção de um sistema educativo, científico e tecnológico de referência nacional, orientado para o aumento da capacidade inovadora, produtiva e exportadora do tecido empresarial regional;
- Região comprometida: Com a diversidade das identidades e modos de vida locais, através da valorização do potencial endógeno, da facilitação da mobilidade e da garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação e proteção social.

Assim o facto de todo o TI do DLBC/Rural - LEADER AD ELO se situar na NUT III Região de Coimbra, leva a que a EDL a apresentar fosse construída de forma articulada com o programa estratégico da CIM-RC, que tem implícita uma abordagem integradora dos desafios que se coloca à região implicando, entre outros aspetos, um envolvimento de meios financeiros elevados que receberão enquadramento nos mais diversos instrumentos de apoio do “Portugal 2020” e que serão implementados pelos municípios e demais entidades da rede regional. Neste âmbito a participação da AD ELO com a CIM-RC será equacionada no quadro das relações institucionais de colaboração que vierem a ser implementadas.

Por outro lado a interligação de todo este território nas dinâmicas regionais ao nível da NUT II/ Centro e nacionais têm também que ter em conta o cumprimento dos princípios europeus da “Estratégia EUROPA 2020” que procura orientar o desenvolvimento europeu numa trajetória de crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Assim a estratégia a apresentar no âmbito do DLBC/Rural - LEADER AD ELO será uma visão mais local e de natureza micro sendo operacionalizada nas medidas/ações que têm implicação direta, enquadramento e elegibilidade nos apoios a conceder ao abrigo desta abordagem territorial.

Em termos mais pragmáticos podemos identificar algumas linhas concretas de articulação entre as duas abordagens territoriais que sobre este território exercem influência (DLBC/ ITI CIM-RC):

- Apoio à economia local (FEDER/FSE) que tem elegibilidade formal nas duas abordagens apenas respondendo a dimensões diferenciadas (até 100.000€/DLBC, até 235.000€/ITI). Pretende-se assim desenvolver um conjunto de atividade concertadas de divulgação e encaminhamento no sentido de potenciar o investimento local;
- Apoio à comercialização de proximidade, que através do DLBC privilegiará os promotores individuais de investimento que serão concertados com alguns investimentos ao nível municipal de criação de infraestruturas de apoio aos mercados locais.

Esta são algumas linhas que servirão de exemplo a um trabalho mais articulado entre as diferentes abordagens territoriais. No entanto esta articulação abrange igualmente outros níveis de carácter mais nacional, onde a afirmação da marca NATURAL.PT com o apoio e valorização das zonais naturais classificadas e a atividade económica que se pode potenciar com estes espaços é um bom exemplo. As metas principais definidas pela NUT II/Centro e pelo “Portugal 2020” apostam na criação de condições para o investimento/crescimento e respetiva criação de emprego, encontrando-se assim alinhadas com os objetivos e metas definidas na EDL proposta e nas suas linhas de ação.

A visão estratégica global perspetiva assim um conjunto de desafios operacionais que as diferentes entidades deverão ter em conta, não deixando nunca de observar as especificidades de cada intervenção na lógica territorial onde se inscreve, sendo que do conjunto dessas diferentes abordagens, resultará o cumprimento dos objetivos de subjacente a uma Europa Inteligente, Sustentável e Inclusiva.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Partindo da matriz global de objetivos foram identificadas as linhas de intervenção, estando no entanto dependentes de elementos adicionais reportados às elegibilidades que os programas operacionais venham a contemplar. A construção de um plano de ação apresenta-se como um processo dinâmico que terá em conta a reflexão e as opções estratégicas assumidas pelo GAL, conjugada com as prioridades de investimento e as dotações específicas que cada fundo disponibilizar para o DLBC. A opção de criação de Eixos, Medidas e Ações parte da necessidade de organizar o programa de ação de acordo com os diferentes Fundos, sendo no entanto estruturada numa lógica mais completa que ultrapassa os instrumentos financeiros associado a este processo. DLBC/Rural - LEADER AD ELO: Eixo 1. – Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento Medida 1.1: Desenvolvimento Rural (M10 PDR 2020) Ação 1.1.1: Pequenos investimentos nas explorações agrícolas Ação 1.1.2: Pequenos investimentos na transformação e comercialização Ação 1.1.3: Diversificação de atividades na exploração Ação 1.1.4: Cadeias curtas e mercados locais Ação 1.1.5: Promoção de produtos de qualidade locais Medida 1.2: Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL) (POR Centro PI 9.6 e 9.10): Ação 1.2.1: Investimento no tecido económico local (FEDER) Ação 1.2.2: Criação de emprego, incluindo autoemprego (FSE) Eixo 2. – Apoio à gestão sustentável do território Medida 2.1: Preservação e valorização do património: Ação 2.1.1: Renovação de aldeias - Investimentos em infraestruturas do património local (M10 PDR 2020) Ação 2.1.2: Desenvolvimento do património natural e cultural - Investimentos (FEDER POR Centro PI 9.10) Medida 2.2: Consolidação do tecido associativo local: Ação 2.2.1: Serviços básicos de proximidade - Apoio às associações locais - investimento e modernização (M10 PDR 2020) Eixo 3. – Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais Medida 3.1: Melhorar o acesso aos serviços básicos de proximidade: Ação 3.1.1: Criação e dinamização de centros multisserviços de animação local - Equipamentos (FEDER POR Centro PI 9.a) Ação 3.1.2: Criação e dinamização de centros multisserviços de animação local - Qualificação / Formação / Planos de ação (FSE POR Centro PI 10.i) Eixo 4. – Reforço das competências locais Medida 4.1: Animação Local e capacitação institucional Ação 4.1.1: Animação Local e capacitação institucional - Qualificação / Formação / Planos de ação (FSE POR Centro Eixo 10). O plano de ação tem implícita uma dotação financeira que, partindo de base sólidas referente às características do território, às necessidades sentidas, suportadas pelo histórico de intervenção e pelo diagnóstico efetuado, apresenta as opções consideradas mínimas para cumprir os objetivos da EDL. A proposta inicial incluída na 1ª e 2ª fase baseou-se no histórico de intervenção da AD ELO, que no Eixo 3 PRODER teve uma dotação inicial de 7.314.806,77€ (DP); e final de 9.566.036,65€ (DP). Na implementação deste programa a AD ELO desenvolveu todos os mecanismos de divulgação tendo recebido 315 candidaturas no montante de 34.025.224,16 € de investimento, correspondendo a uma DP de 20.964.827,69 €. Estes números significam que o território apresentou candidaturas superiores a 247% sobre a dotação prevista. A equipa técnica da AD ELO analisou todo o universo de candidaturas tendo sido aprovados em Órgão de Gestão Local 218 num montante de Investimento de 17.505.216,19 € com uma DP de 10.685.142,94 €. Este nível de aprovação, 146% sobre a dotação inicial, só foi possível pelo facto do GAL AD ELO ter sido reforçado na sua estratégia nos diferentes momentos de atribuição de “reserva de eficiência”. No apoio à atividade económica foram aprovados 11.543.627,09 € de investimento (6.596.599,09 € DP) prevendo-se a criação de cerca 154 postos de trabalho diretos, tendo ainda sido garantida a manutenção dum número elevado de postos de trabalho. É de realçar que o período deste programa incidiu nos anos de 2009 a 2014, e assim ao período mais dramático da crise portuguesa e europeia onde os valores do desemprego dispararam para valores extremamente elevados. Identificando a tipologia dos beneficiários dos projetos mais de 90% do investimento aprovado correspondeu a entidades de natureza privada. A expectativa no território é bastante grande e assim os meios a colocar à disposição deveriam igualmente corresponder a este ponto de partida, sendo que são acrescidos pela definição de objetivos que o “acordo de parceria” definiu, onde a área privada das empresas e da competitividade será privilegiada relativamente às intervenções públicas ao nível das infraestruturas. Assim uma EDL que assenta essencialmente na componente privada deveria ser necessariamente reforçada. Neste sentido foi apresentado um Plano de ação com 9.455.862,50 € (DP), FEADER = 5.403.600,00 € + DP = 6.004.000,00 €, FEDER = 1.615.650,00 € e FSE = 1.836.212,50 €. A receção de uma notificação de atribuição de recursos no valor de 4.557.970,40 € (DP), implicou uma reformulação do plano com impactos significativos ao nível dos resultados e dos impactos e que em resumo se apresenta: Valor do Plano de ação 4.557.970,40 € (DP) % da População abrangida do TI = 82% Nº projetos apoiados = 134 Nº global de postos de trabalho (PT) criados = 110 Nº de explorações agrícolas beneficiadas = 41 Nº de iniciativas de transformação e comercialização (incluindo cadeias curtas) = 17 Nº de iniciativas de promoção de produtos locais = 6 Nº de PT criados nas atividades rurais = 22 Nº de ações relativas ao património apoiadas = 7 Acréscimo do número de visitantes relativos ao património apoiado = 917 Acréscimo do número de dormidas de turistas = 92 (10% dos visitantes realizam uma dormida)

Definição da estratégia de desenvolvimento local

O programa de ação apresentado dá o conteúdo formal à estrutura que se elaborou a partir do diagnóstico tendo em conta os objetivos enunciados. Assim, e de forma mais explicativa, a EDL nas medidas previstas tem as seguintes abordagens: Medida 1.1: Desenvolvimento Rural (M10 PDR 2020) Assim, para se proceder à consolidação necessária do sector, é importante dinamizar e apoiar as atividades que alcancem: • Melhoria das infraestruturas de apoio a montante e jusante da exploração agrícola • Aumento da qualidade e promoção dos produtos locais • Diversificação da economia rural para contribuir para o aumento dos rendimentos (Turismos rural, equestre e cultural) • Criação ou requalificação de serviços em meio rural • Aumentar os circuitos de comercialização de proximidade Estas são algumas das ações que se revelam prioritárias no sentido da consolidação do sector sendo que os apoios disponíveis terão uma influência direta na consolidação da economia rural e no aumento do rendimento das famílias. Medida 1.2: Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL) (POR Centro PI 9.6 e 9.10) O apoio à economia local surge pela necessidade de implementar medidas específicas de apoio à criação ou manutenção de emprego de forma sustentável e à modernização das empresas enquanto sustentáculo da economia local, apostando na: • Criação e modernização de iniciativas empresariais, promovendo a criação de emprego; • Criação e desenvolvimento de serviços de apoio às empresas locais • Criação e organização de produtos turísticos de qualidade e diversificados (alojamento, restauração, rotas, animação) • Reforço da capacidade de empreendedorismo Estas são algumas das linhas principais de apoio ao sector económico local, enquanto sustentáculo de um território. Medida 2.1: Preservação e valorização do património (M10 PDR 2020 e POR Centro PI 9.6 e 9.10) A cultura tem também um papel-chave numa política local integrada e inscreve-se na estratégia global de melhoria da qualidade da vida. De um leque variado de atividades, podemos de qualquer forma enunciar algumas prioritárias: • Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais enquanto fator de identidade, promovendo os recursos naturais, a paisagem local e o património edificado; • Recuperar e organizar o património cultural imaterial de natureza local enquanto herança de uma comunidade Numa articulação funcional dos dois fundos financiadores estas duas linhas de apoio poderão abranger o património associado às atividades e à cultura de natureza local. O desenvolvimento destas ações permitirá a consolidação de um território coeso onde os seus fatores distintivos são valorizados. A existência de uma grande dinâmica associativa são potencialidades que justificam a identificação de uma medida de apoio ao associativismo: Medida 2.2: Consolidação do tecido associativo local (M10 PDR 2020) • Revitalização do espírito associativo local enquanto sustentáculo de uma vida em comunidade onde os valores locais saem fortalecidos; • Aproveitamento dos recursos locais dando nova vida a equipamentos existentes, valorizando a sua recuperação privilegiando o seu uso ao serviço das comunidades; • Animação Local através do envolvimento e participação das populações, da defesa da identidade cultural, do património, bem como do meio ambiente. O apoio ao tecido associativo local sendo importante para a coesão local não deve ser descurado no quadro de objetivos de política nacional onde imperam fortemente os princípios da competitividade. Não estando prevista a contratualização desta medida, não deixa de ser importante identificá-la para, numa fase posterior, ser possível encontrar o enquadramento correto à sua elegibilidade. Estas medidas são identificadas como passíveis de inscrição nas elegibilidades dos fundos a contratualizar. No entanto e na perspetiva de uma EDL mais integrada foram identificadas na EDL outras medidas que não tendo enquadramento direto na estrutura de financiamento do presente aviso, não deixam de assumir uma importância fundamental na EDL.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Rural: 1.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	14,00	36,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,31	1,05	405 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Rural: 1.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	4,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	9,00	590 490,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Rural: 1.1.3. Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	337 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Rural: 1.1.4. Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	3,00	8,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	8,00	489 600,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Rural: 1.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,04	0,15	405 148,81€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.2. Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL): 1.2.1. Investimento no tecido económico local: Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	7,00	18,00	Postos de trabalho criados	10,00	25,00	666 550,12€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento: 1.2. Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL): 1.2.2. Investimento no tecido económico local: apoio à criação de emprego: Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	25,00	63,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	1 067 065,83€
99.M10 - LEADER	FEADER	2. Apoio à gestão sustentável do território: 2.1. Preservação e valorização do património: 2.1.1. Renovação de aldeias - Investimentos em infraestruturas do património local	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	3,91	13,04	247 525,20€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	2. Apoio à gestão sustentável do território: 2.1. Preservação e valorização do património: 2.1.2. Desenvolvimento do património natural e cultural - Investimentos	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	367,00	917,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,03	0,09	74 061,11€
--	-------	--	--	--------	--------	--	------	------	------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégia	01: Estratégias (nº)	1,00	1,00				0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégia				02 - Efeito Multiplicador do Investimento Público no Investimento Privado	0,00	2,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 475 264,01€
FEDER	740 611,23€
FSE	1 067 065,83€
Total	4 282 941,07€

Pressupostos

A apresentação da estrutura financeira da EDL para o DLBC/Rural AD ELO e a previsão dos indicadores e resultados, parte de um conjunto de pressupostos e explicações que é pertinente identificar: • A EDL decorre da leitura dos documentos regulamentares orientadores disponíveis e será sujeita aos ajustamentos que o processo de avaliação e contratualização vier a estabelecer no quadro do DLBC. A dificuldade de ter informação sobre regulamentos específicos, relativamente a elegibilidade e condições de partida dos projetos, pode condicionar seriamente os processos de apresentação e validação da candidaturas e assim ter um forte impacto externo à implementação da EDL. A maior ou menor simplificação ou carga burocrática pode induzir um afastamento de promotores que perante estes pequenos projetos não os consideram relevantes para os seus processos de investimento; • A EDL na estrutura dos apoios da M10 PDR 2020 está em linha com a lógica de funcional do PDR 2020 (elegibilidades e dimensões de apoio público). Como o histórico de medidas semelhantes apontam no passado, estes apoios não contribuem significativamente para a criação de emprego, já que os pequenos investimentos levam à modernização de explorações e das atividades de transformação tendo implícita a existência de alguma racionalidade económica que implica por vezes a manutenção ou mesmo a redução de emprego. A construção regulamentar destas tipologias de intervenção induz que os indicadores de emprego serão assim reduzidos no âmbito do FEADER; • Na estrutura dos apoios incluídos POR Centro PI 9.6 e 9.10) 90% direcionam-se para a medida “Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL)” que corresponde ao apoio à criação ou modernização de micro e pequenas empresas de todas as CAE elegíveis que se localizem no TI, sendo a dimensão máxima de investimento elegível de 100.000€. Perante este elemento regulamentar o apoio traduzir-se-á em termos médio num valor inferior a 50.000€. Neste sentido e não conhecendo os aspetos regulamentares que poderão limitar ainda as elegibilidade consideramos que dificilmente se criará mais do que 1 posto de trabalho por projeto. De forma a incentivar a criação de emprego e assim constituir um fator de sucesso seria de prever a possibilidade que de forma adicional ao incentivo ao investimento, se pudesse atribuir um valor de ajuda à contratação (à semelhança de processos do atual QREN). Neste pressuposto planificou-se a possibilidade de criação média de 1,4 PT por projeto. O financiamento FSE deveria situar-se num percentagem de 100% da despesa elegível pois estando integrado numa medida do POISE e destinando-se a público com dificuldade acrescidas implica um maior dotação pública a atribuir, como é observável noutras medidas desse programa. • A estrutura dos apoios incluídos na medida “Preservação e valorização do património”, pela sua reduzida dimensão financeira, deverá ser operacionalizada segundo as prioridades que o GAL estabelecer na sua implementação, numa uma articulação funcional entre os dois fundos, sendo o FEADER mobilizado para a recuperação do património com uma ligação funcional à atividade rural (como os moinhos de vento e água, azenhas, lagares, fornos, adegas) e FEDER para o apoio ao Património cultural e natural incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

No âmbito da elaboração da EDL foi considerada fundamental a vertente de cooperação ao nível nacional e transnacional, enquanto fator que proporcionará a criação de escala, traduzindo-se numa mais-valia para os processos de desenvolvimento com benefícios mútuos para os agentes envolvidos.

A opção estratégica da AD ELO em torno da abertura ao exterior, onde a internacionalização da economia é apenas uma vertente, é necessariamente o prolongamento da perspetiva que os mercados só se entendem numa visão global. Sendo um desígnio nacional, a cooperação no quadro de uma intervenção territorial DLBC, deve ser entendida como o espaço para consolidar e projetar as ações que localmente fazem sentido, centrando-se nos seguintes objetivos:

- Alargamento a novos mercados;
- Transferência do saber fazer e das experiências inovadoras;
- Estabelecimento de redes de distribuição;
- Criação de serviços/produtos comuns entre diferentes agentes;
- Criação de mecanismos de formação/informação de âmbito transnacional;
- Valorização dos recursos locais;
- Promoção de recursos locais à escala regional/nacional/transnacional.

Pretende-se que os projetos de cooperação possam facilitar o estabelecimento de contactos com outras regiões por parte de associações, empresas, artesãos, agricultores, entre outros, de forma a criar uma rede que possibilite o encontro de negócios com mais valias evidentes para os territórios envolvidos.

Não sendo nesta fase o momento para apresentar os projetos de cooperação a desenvolver no quadro do atual período de programação, importa pois identificar de forma geral as linhas temáticas prioritárias que se procurará materializar em projetos concretos de cooperação:

- Circuitos Curtos/ Promoção e Comercialização: Estando articulado com os investimentos da EDL pretende-se contribuir para inverter a exclusão económica dos produtores, apoiar a organização da produção e a comercialização, sensibilizar os consumidores para as vantagens de consumo local mais sustentável e para a dinamização das economias locais/rurais;
- Internacionalização recursos/serviços/produtos/territórios: Após a consolidação das relações institucionais, culturais e económicas com a Europa e com os países da comunidade de língua portuguesa torna-se prioritário direcionar ações para o aprofundamento do intercâmbio económico entre os diversos países e regiões, através de missões empresariais no sentido de concretizar projetos de investimento com benefícios duplos; abertura de circuitos de comercialização em nichos específicos de mercado dos produtos e serviços; reforço da identidade e cultura portuguesa num contexto de globalização promovendo a transferibilidade de conhecimentos e práticas;
- Promoção e valorização: objetivo de promover de forma conjunta os territórios, ganhando escala e visibilidade na organização e realização de eventos de carácter interterritorial nas áreas do empreendedorismo, cultura local, produtos locais, qualificação, marketing institucional, etc;
- Sustentabilidade dos territórios: objetivo de promover uma cultura de responsabilidade ecológica no sentido da promoção das energias renováveis e na eficiência energética

Os projetos de cooperação a concretizar, baseando-se nos objetivos do plano de cooperação, pretendem alcançar resultados quantificáveis como: aumento de vendas e de investimentos dos agentes locais, consolidar e afirmar as marcas locais, valorizar a imagem do território.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O DLBC na sua própria denominação tem implícita a metodologia de construção de intervenção no sentido

“bottom-up” promovido pelas comunidades locais. Estas devem ser mobilizadas partindo da ideia principal de que a sua participação é importante nas diferentes fases do processo de desenvolvimento, quer no momento da construção das linhas gerais de intervenção quer no momento próprio de execução dos projetos e ações. Neste sentido a Assembleia Geral da AD ELO, enquanto órgão onde estão representados todos os associados, designou a AD ELO como Entidade Gestora para a implementação da EDL, tendo criado no âmbito das suas competências a organização funcional subjacente à governação do DLBC/Rural LEADER - AD ELO, que compreende a seguinte estrutura:

- “Grupo de Ação Local”: A AD ELO que inclui 16 associados coletivos - 4 públicos e 12 privados:
 - Municípios (4);
 - Entidades ligadas ao sector agrícola (4);
 - Instituições económicas e financeiras (3);
 - Entidades que desenvolvem ações no âmbito da formação profissional, do apoio social, cultural e recreativo (5).
- Entidade Gestora: AD ELO.
- Órgão de Gestão DLBC/Rural LEADER - AD ELO (OG): Este órgão, nomeado em Assembleia-Geral, assumirá as competências regulamentares que venham a ser expressas na legislação que enquadrará o DLBC. Será composto por 7 entidades representativas da parceria:
 - Sector público: Municípios (2 = 28,5%);
 - Entidades ligadas ao sector agrícola (2 = 28,5%);
 - Instituições económicas e financeiras (1 = 14,5%);
 - Entidades que desenvolvem ações no âmbito da formação profissional, do apoio social, cultural e recreativo (2 = 28,5%).
- “Conselho Estratégico DLBC/Rural LEADER AD ELO” (CE): Fazendo parte do Modelo Organizacional, foi criado o CE que se constitui como um órgão aberto à comunidade onde várias entidades representativas da região terão a oportunidade de participar na reflexão dando contributos para a definição das linhas de orientação estratégica traduzindo num processo mais participativo que ajudará a concretizar os objetivos traçados na EDL. Sendo um órgão de apoio ao GAL e ao OG tem como principais atribuições o acompanhamento qualitativo e quantitativo da implementação da EDL, a reflexão estratégica e a indicação de orientações para a eficaz concretização das ações.
- “Estrutura Técnica Local”: No âmbito da AD ELO, enquanto Entidade Gestora, foi criada a ETL que, terá as atribuições e competências regulamentares que venham a ser expressas na legislação que enquadrará o DLBC. Esta estrutura executiva, constituída no âmbito interno da AD ELO pelos seus quadros com maior experiência acumulada das iniciativas anteriores, terá que criar todos os mecanismos operacionais para a implementação da EDL, nomeadamente:
 - Organizar uma equipa constituída com um carácter multidisciplinar para assegurar todas as atividades de implementação, animação e acompanhamento da EDL;
 - Criar os diversos instrumentos técnico-administrativos para a análise, seleção, monitorização e acompanhamento dos projetos;
 - Criar procedimentos tendo em conta a avaliação nas suas mais diversas modalidades relativamente à implementação da EDL;
 - Promover ações de informação, animação e promoção do território.
- “Conselho Científico/Observatório Local”: Constituído de forma operacional por técnicos da ETL e instituições externas, terá como tarefa desenvolver os mecanismos de monitorização e avaliação da EDL numa lógica participativa.

Os mecanismos de funcionamento desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos na gestão de programas permitiu criar um conjunto de competências internas que garantem um grau de rigor, autonomia entre setores, segregação de funções e transparência de processos que têm sido reconhecidas pelas entidades externas como extremamente positivos. A organização funcional estará subjacente aos aspetos regulamentares que vierem a ser estabelecidos, mas baseiam-se no princípio de responsabilidades partilhadas entre todos os órgãos no âmbito das atribuições e competências de cada um.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

A parceria deve ser entendida nas suas diferentes abordagens representativas, quer enquanto entidades que no seio da AD ELO se envolvem nos processos de desenvolvimento transversais ao território, quer como entidades que nos seus setores específicos desenvolvem uma atividade local de grande expressão e impacto. Olhando para o conjunto de parceiros na perspetiva individual e de abrangência podemos sintetizar alguns grandes números que os 16 parceiros representam no seu conjunto:

- Os 4 associados ligados diretamente à agricultura (cooperativas) constituem-se como as principais organizações do sector com um total de 9.710 associados que representam no seu conjunto um valor muito relevante dos agricultores em atividade;
- As 3 entidades representantes do Crédito Agrícola (Cooperativas) no seu conjunto têm mais de 20.000 associados, que, sendo na sua esmagadora maioria do TI, possibilita uma cobertura total significativa da atividade económica local. Esta ação de proximidade permite assim uma aproximação mais direta com os potenciais interessados no desenvolvimento dos projetos;
- Os parceiros da área da intervenção social, cultural e educativa abarcam entre si mais de 680 associados traduzindo numa presença constante em mais de 24 equipamentos e/ou instalações onde se desenvolvem atividades de desenvolvimento comunitário;
- A presença dos municípios no conjunto dos parceiros garantem a dimensão pública das intervenções territoriais que a Administração Local representa.

Após o processo de validação deste processo de candidatura, consubstanciada nos termos da delegação de competências estabelecidas entre as Autoridades de Gestão e o GAL reconhecido enquanto Organismo Intermédio de gestão local, a implementação no território das linhas programáticas definidas da EDL, assentará no envolvimento de todos os agentes numa lógica de coresponsabilização. Do ponto de vista operacional o GAL criará todos os mecanismos operacionais para a implementação da EDL, nomeadamente:

- Organizar uma equipa constituída com um carácter multidisciplinar para assegurar todas as atividades de implementação, animação e acompanhamento da EDL;
- Criar os diversos instrumentos técnico-administrativos para a análise, seleção, monitorização e acompanhamento dos projetos;
- Criar procedimentos tendo em conta a avaliação nas suas mais diversas modalidades relativamente à implementação da EDL;
- Promover ações de animação e promoção do território;
- Organizar os dispositivos para tornar publica toda a informação relativa à EDL.

A equipa da ETL tem uma experiência acumulada das iniciativas anteriores o que pressupõe o arranque eficaz das ações. No entanto e tendo em conta a perspetiva de uma formação contínua é necessário organizar ações de formação específicas para consolidar os conhecimentos.

Para operacionalizar e ordenar o processo de candidaturas, serão definidas fases específicas de apresentação de candidaturas, criando os mecanismos de animação e circulação de informação para ter uma eficaz implementação da EDL. No âmbito do processo de animação do território assumem especial relevância todos os procedimentos relativos à divulgação e dinamização da EDL. O sucesso da abordagem LEADER resulta essencialmente da proximidade da entidade gestora em relação aos parceiros locais e aos potenciais beneficiários.

Assim a AD ELO estabeleceu desde o início do processo de elaboração da EDL uma ampla e eficiente circulação da informação com diferentes componentes:

- Informação técnica relativamente ao enquadramento das Medidas;
- Realização e participação em colóquios e reuniões no TI sobre as problemáticas do território e as suas opções estratégicas;
- Informação sobre o arranque do Programa.

Este processo de animação e comunicação, terá um grande impulso após a aprovação da EDL e do correspondente reconhecimento como entidade responsável pela implementação do DLBC/Rural - LEADER AD ELO no TI. Assim serão desenvolvidas ações com especial destaque para:

- Elaboração de material promocional, brochuras e outros elementos de divulgação explicativos dos apoios;
- Envio às entidades locais de informação sobre o programa de apoio;

- Publicação de anúncios e reportagens em jornais locais e regionais;
- Realização/participação em colóquios/seminários/reuniões;
- Participação em programas de rádio;
- Emissão em programas de rádio de “spots” a anunciar o programa;
- Reuniões várias;
- Presença em feiras e mostras;
- Participação em eventos locais significativos das vivências em comunidade;
- Outros.

Será dado especial destaque ao Sítio da Internet (www.adelo.pt) onde será implementado um sistema de comunicação bilateral.

O processo de animação local irá igualmente integrar um segundo nível mais abrangente e lato de ações que passará pela recolha sistemática de opiniões, críticas e contributos dos mais diversos intervenientes (individuais, institucionais, população em geral, empresas, organismos públicos, entre outros). Estes trabalhos de animação e acompanhamento permitirão uma monitorização mais participada relativamente à concretização dos objetivos propostos.

Em relação à implementação das ações compete à ETL a criação dos mecanismos de divulgação, receção e apreciação técnica das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e todas as ações decorrentes do acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados, bem como da recolha sistemática dos indicadores de monitorização que traduzam a eficácia das ações.

Internamente será criado um dispositivo de acompanhamento que possibilite uma leitura global da execução de EDL bem como dos pedidos de apoio. Os indicadores resultantes deste dispositivo facilitarão a obtenção de informação para um acompanhamento fundamentado da execução da EDL. Adicionalmente poderão ser realizados protocolos de cooperação e aquisição de serviços especializados com outras entidades exteriores à parceria de forma a alargar o espectro da análise e reflexão com ganho evidentes para o processo.

Tendo em conta os objetivos estabelecidos e as metas previstas será implementado um processo interno de monitorização e avaliação no quadro do “Conselho Científico/Observatório Local”, que contará com a participação das estruturas internas, o envolvimento dos parceiros e os órgãos formais - OG e CE DLBC/Rural – LEADER. Em complemento será considerado o apoio externo do sector científico, nomeadamente a Universidade de Coimbra e a Escola Agrária de Coimbra. Serão criados os instrumentos operacionais para uma monitorização constante numa lógica participativa. Assim, para além das dimensões de avaliação dos projetos proceder-se-á à avaliação global da implementação da EDL no sentido de verificar se estão a ser cumpridos os objetivos, se existe uma adequada estrutura financeira e uma mobilização dos promotores. Estes processos de avaliação servirão fundamentalmente para efetuar as devidas correções ao nível dos procedimentos técnicos e ajustes à estratégia.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Indicadores_Feader.pdf	30/09/2015 11:34	503393088
Protocolo de parceria	Ata_AssembleiaGeral.pdf	26/07/2015 17:57	180099426
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-041.pdf	19/11/2015 10:33	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-041.pdf	30/09/2015 11:44	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-041.pdf	26/07/2015 20:06	180099426
Outros	Audiência_Previa.pdf	30/09/2015 11:30	503393088
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OGestão_ETL_ConselhoEstrategico_jul2015.pdf	26/07/2015 17:59	180099426
Outros	Indicadores_Centro2020.pdf	30/09/2015 11:33	503393088